



[Atribuição BB CY 4.0](#)

NARRATIVAS APAGADAS E ALGORITMOS TENDENCIOSOS: O PAPEL INFORMACIONAL NA LUTA ANTIRRACISTA

Myrella Vaenia da Luz Fernandes¹

Resumo

O artigo aborda a problemática da desinformação racista nas redes sociais e seu impacto nas culturas afro-brasileiras, africanas e indígenas, analisando como essa prática perpetua preconceitos e exclui narrativas históricas. Inserido no escopo da ciência da informação, o estudo explora o papel dessa área na promoção de práticas antirracistas e na preservação dos direitos humanos. São discutidos desafios como os vieses algorítmicos, estratégias para combater conteúdos racistas e promover a literacia informacional voltada à inclusão digital. Além disso, destaca iniciativas bem-sucedidas que amplificam as vozes das comunidades marginalizadas e propõe soluções como curadoria ética de acervos, algoritmos inclusivos e políticas públicas de regulação. O artigo também reflete sobre o impacto dessas ações no combate ao racismo estrutural, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e diversa. A análise se fundamenta em dados, exemplos práticos e perspectivas inovadoras.

¹ Bacharela em Arquivologia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Técnica em Informática pelo Instituto Federal do Paraná (IFPR). Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), linha de pesquisa organização e representação da informação e do conhecimento. Doutoranda em Ciência da Informação pela Faculdade de Filosofia e Ciência - Campus Marília. E-mail: myrellafernandes@gmail.com

Palavras-chave

Algoritmos inclusivos; Literacia Informacional; Diversidade Cultural; Curadoria Digital.

Recebido em: 02/04/2025
Aprovado em: 23/07/2025

DISINFORMATION AS A TOOL OF OPPRESSION: THE ROLE OF INFORMATION SCIENCE IN BUILDING ANTI-RACIST PRACTICES AND PROMOTING HUMAN RIGHTS

Abstract

The article addresses the issue of racist misinformation on social media and its impact on Afro-Brazilian, African, and Indigenous cultures, analyzing how this practice perpetuates prejudice and excludes historical narratives. Within the scope of information science, the study explores the role of this field in promoting anti-racist practices and preserving human rights. Challenges such as algorithmic biases, strategies to combat racist content, and promoting informational literacy focused on digital inclusion are discussed. Additionally, it highlights successful initiatives that amplify the voices of marginalized communities and proposes solutions such as ethical curation of collections, inclusive algorithms, and public policies for regulation. The article also reflects on the impact of these actions in combating structural racism, contributing to a more equitable and diverse society. The analysis is based on data, practical examples, and innovative perspectives.

551

Keywords

Inclusive algorithms; Informational Literacy; Cultural Diversity; Digital Curation.

1. *Introdução*

Desinformação é a disseminação deliberada de informações falsas ou enganosas com a intenção de manipular opiniões, influenciar decisões ou causar confusão em determinados contextos.

Diferente da simples propagação de informações incorretas por erro ou desconhecimento, a desinformação tem um caráter intencional e estratégico, muitas vezes visando perpetuar desigualdades, manipular narrativas ou desestabilizar contextos sociais e políticos. No ambiente digital, a velocidade e o alcance das redes sociais amplificam significativamente o impacto da desinformação, tornando-a um fenômeno difícil de controlar e altamente prejudicial, sobretudo quando está ligada a questões sensíveis, como as relações étnico-raciais. Compreender esse conceito é essencial para identificar suas manifestações e propor estratégias eficazes de enfrentamento. (SANTOS, 2018; SILVA, 2019; CAMPOS MELLO, 2020)

A desinformação tem se consolidado como uma das maiores ameaças à construção de sociedades democráticas e equitativas, especialmente na era digital, onde a disseminação de informações ocorre em velocidade sem precedentes. Conforme destaca Machado (2023), esse fenômeno é sistemático e mina os pilares democráticos ao enfraquecer a confiança nas instituições, inflamar discursos de ódio e favorecer a polarização social — sobretudo nas redes digitais, que amplificam conteúdos manipulados com rapidez alarmante.

Essa perspectiva é corroborada por autores como André Gustavo Corrêa de Andrade (2022), que destaca que “o aumento exponencial do compartilhamento de informações deliberadamente falsas trouxe, como consequência, um declínio da verdade no debate público, lançando-nos na chamada Era da Pós-Verdade” (ANDRADE, 2022, p. 3). A desinformação, portanto, representa uma ameaça direta à coesão social e à democracia, especialmente quando amplificada por redes digitais.

Em relação às relações étnico-raciais, essa questão ganha contornos ainda mais preocupantes, pois perpetua estereótipos, reforça preconceitos históricos e marginaliza comunidades afro-brasileiras, africanas e indígenas. Conforme aponta Santos (2015), os discursos racistas, amplificados pelas redes sociais, revelam a urgência de estudos que abordam os impactos da desinformação em contextos de diversidade cultural.

No campo da ciência da informação, emerge o desafio de lidar com conteúdos racistas e fomentar práticas inclusivas que valorizem a pluralidade de narrativas. A partir da reflexão de Ferreira (2017), entende-se que o acesso à informação é um direito humano fundamental e, portanto, a curadoria de conteúdos deve considerar parâmetros éticos e representativos. Esse processo não apenas combate a exclusão, mas promove o reconhecimento de saberes tradicionais como parte essencial do tecido social.

As tecnologias digitais, embora promissoras, também carregam vieses que precisam ser desconstruídas. Segundo Almeida (2020), os algoritmos utilizados nas plataformas digitais reproduzem estruturas de poder que frequentemente desfavorecem grupos racialmente discriminados. Nesse contexto, a ciência da informação torna-se uma aliada estratégica na construção de soluções que minimizem desigualdades e amplifiquem as vozes das comunidades marginalizadas.

A questão da desinformação, particularmente no que se refere às culturas afro-brasileiras e indígenas, demanda uma abordagem interseccional. De acordo com Santos (2015), é necessário reconhecer que esses grupos enfrentam desafios adicionais no ambiente informacional, incluindo a invisibilidade de suas histórias e a distorção de suas contribuições culturais. Esse cenário reforça a importância de estudos que articulem direitos humanos e justiça informacional.

A abordagem interseccional refere-se ao reconhecimento de que diferentes formas de opressão, como racismo, sexismo e classismo, estão interligadas e se manifestam de maneira simultânea e combinada na vida dos indivíduos. Este conceito analítico permite compreender como identidades sociais, como raça, gênero e classe, interagem para criar experiências únicas de discriminação ou privilégio" (Crenshaw, 1989, p. 123)

A literacia informacional emerge como uma ferramenta essencial para combater as consequências da desinformação. Conforme destaca Ferreira (2017), capacitar indivíduos para identificar e desconstruir conteúdos racistas é um passo importante na luta contra o preconceito estrutural. Programas educativos voltados para a inclusão digital e a diversidade podem promover um ambiente virtual mais respeitoso e ético.

Além disso, é indispensável que políticas públicas e estratégias institucionais sejam formuladas para lidar com a desinformação racista. Almeida (2020) defende que essas ações devem ser colaborativas, envolvendo academia, comunidades afetadas e desenvolvedores tecnológicos. Somente através da

cooperação entre diferentes setores será possível construir sistemas de informação mais inclusivos e justos.

Este artigo visa contribuir para essa discussão, ao analisar o papel da ciência da informação no enfrentamento da desinformação racista e na promoção de práticas antirracistas e de direitos humanos. A abordagem proposta busca, de forma inovadora, conectar reflexões teóricas com ações práticas, por meio da análise crítica da ciência da informação aplicada ao combate à desinformação racista — integrando propostas como curadoria digital inclusiva, desenvolvimento de algoritmos antirracistas e articulação com políticas públicas regulatórias. Essa combinação permite construir pontes concretas entre os saberes acadêmicos e as realidades sociais, promovendo um diálogo que é essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa e diversa.

A estrutura deste artigo está organizada da seguinte forma: na primeira seção, são discutidos os conceitos de desinformação e sua relação com o racismo estrutural, especialmente nas plataformas digitais. Em seguida, explora-se o papel da Ciência da Informação no combate à desinformação racista, destacando ferramentas como curadoria digital, literacia informacional e algoritmos inclusivos. A quarta seção aprofunda os desafios tecnológicos e algorítmicos, analisando criticamente os vieses presentes nas redes sociais e o impacto da invisibilidade digital. A quinta seção apresenta casos de sucesso e boas práticas, ilustrando iniciativas nacionais e internacionais que enfrentam a desinformação racista. Por fim, são propostas soluções práticas e políticas públicas que visam transformar o ambiente informacional em um espaço mais justo e equitativo, culminando na seção de conclusão, que retoma as principais contribuições do estudo.

2. Desinformação e Racismo: Conceitos e Relações

A desinformação, definida como a disseminação intencional de informações falsas ou enganosas, tem se revelado uma ferramenta poderosa de perpetuação de desigualdades sociais, especialmente no que diz respeito às questões raciais. No Brasil, onde o racismo estrutural é uma realidade consolidada, o impacto da desinformação sobre comunidades afro-brasileiras e indígenas é profundo e multifacetado. De acordo com Muniz (2018), “o ambiente digital tornou-se um espaço ambivalente, tanto para a disseminação de discursos de ódio quanto para a resistência e a luta por direitos” (p. 45). Esse paradoxo

evidencia a urgência de analisar os mecanismos que permitem a propagação de conteúdos racistas nas redes sociais.

O racismo estrutural está intimamente ligado à perpetuação de desinformação nas plataformas digitais. Santos (2020) argumenta que as narrativas discriminatórias, muitas vezes naturalizadas, são amplificadas por algoritmos que priorizam o engajamento acima da veracidade dos conteúdos. Isso faz com que mentiras racistas ganhem maior visibilidade, enquanto as vozes das comunidades marginalizadas são silenciadas. Essa dinâmica não apenas reforça preconceitos históricos, mas também impede avanços em direção a uma sociedade mais igualitária.

O racismo estrutural pode ser entendido como um sistema enraizado na organização da sociedade, manifestando-se de forma sistemática nas instituições, normas e práticas sociais. Segundo Silvio Almeida (2019), trata-se de um fenômeno que não se limita a atos isolados de discriminação, mas está intrinsecamente ligado à maneira como a sociedade se estrutura, beneficiando determinados grupos raciais enquanto marginaliza outros. Esse conceito nos ajuda a compreender como o racismo é reproduzido de forma contínua e muitas vezes invisível, permeando aspectos como educação, economia, políticas públicas e cultura. Essa visão ampliada é essencial para analisar criticamente as dinâmicas sociais e propor mudanças estruturais que promovam a igualdade racial.

Historicamente, a desinformação tem sido utilizada como ferramenta de opressão racial, distorcendo fatos e apagando narrativas. Conforme aponta Silva (2019), “a ausência de representatividade nos espaços informacionais contribui para a construção de uma memória coletiva excludente, onde as contribuições das populações afro-brasileiras e indígenas são constantemente invisibilizadas” (p. 112). Esse apagamento histórico alimenta estereótipos e dificulta o reconhecimento da riqueza cultural e social dessas comunidades.

O impacto psicológico da desinformação racista não pode ser ignorado. Santos (2020) destaca que os discursos de ódio disseminados por meio de notícias falsas geram não apenas exclusão social, mas também danos emocionais profundos para as populações afetadas. A propagação de estereótipos reforça a exclusão e a marginalização, criando barreiras adicionais para o acesso a direitos e oportunidades.

A ciência da informação desempenha um papel crucial no enfrentamento da desinformação racista. Segundo Muniz (2018), é imprescindível “desenvolver

ferramentas e estratégias que promovam a veracidade dos conteúdos compartilhados, ao mesmo tempo em que amplifique as vozes das comunidades vulneráveis” (p. 62). Isso inclui a criação de algoritmos inclusivos e a curadoria ética de informações, priorizando a diversidade e a representatividade.

No entanto, os desafios são numerosos. Silva (2019) aponta que a falta de políticas públicas voltadas para a regulação de conteúdos digitais é um dos principais entraves para o combate à desinformação. Além disso, a resistência por parte das grandes corporações digitais em alterar seus sistemas de priorização de conteúdo evidencia a necessidade de maior pressão social e acadêmica.

Iniciativas educacionais também são fundamentais nesse processo. Ferreira (2021) defende que a alfabetização midiática deve ser incorporada às estratégias de combate à desinformação. Segundo o autor, “ensinar as pessoas a identificar informações falsas e compreender o impacto dos discursos racistas é uma das ferramentas mais poderosas para promover a justiça informacional” (p. 78). Tais ações contribuem para a construção de um ambiente digital mais justo e inclusivo.

Por fim, o combate à desinformação racista exige uma abordagem colaborativa entre comunidades, pesquisadores e legisladores. Santos (2020) sugere que apenas com esforços coordenados será possível enfrentar os desafios colocados pelas novas tecnologias e reverter os danos causados pela propagação de conteúdos discriminatórios. O papel da ciência da informação nesse contexto é fundamental, apontando caminhos para a transformação do ambiente digital em um espaço mais plural e respeitoso.

2.1 O Papel da Ciência da Informação no Combate à Desinformação Racista

O avanço da ciência da informação tem ampliado as possibilidades de enfrentamento à desinformação racista, criando ferramentas para a organização, análise e disseminação de conteúdos digitais que promovem a inclusão e a justiça social. Conforme destaca Silva (2017), “a ciência da informação desempenha um papel estratégico na promoção da equidade informacional, oferecendo subsídios para a desconstrução de narrativas discriminatórias” (p. 89). Esse posicionamento reforça a importância dessa área no enfrentamento aos efeitos do racismo estrutural nas redes sociais.

Uma das contribuições mais relevantes da ciência da informação está na curadoria digital de conteúdos. A capacidade de selecionar e organizar informações com base em critérios éticos permite a amplificação de narrativas marginalizadas e a preservação de saberes ancestrais. Segundo Santos (2018), é fundamental que a curadoria “priorize a representatividade e a diversidade cultural, corrigindo desigualdades históricas nos acervos digitais” (p. 54). Isso inclui iniciativas que destacam culturas afro-brasileiras e indígenas, promovendo o reconhecimento e o respeito por suas contribuições.

A curadoria ética de informação consiste na seleção, organização e disseminação de conteúdos com base em critérios que respeitam a diversidade, a representatividade e os direitos humanos. No contexto da ciência da informação, essa prática exige sensibilidade para evitar a reprodução de estereótipos e exclusões históricas, especialmente em relação às populações racializadas. Conforme destaca Silva (2019), a curadoria ética deve priorizar fontes confiáveis, narrativas plurais e o reconhecimento de saberes tradicionais, atuando como ferramenta de resistência contra a desinformação racista. Ao incorporar parâmetros éticos, a curadoria transforma-se em um ato político que contribui para a construção de ambientes informacionais mais justos, inclusivos e comprometidos com a equidade social.

Além disso, a ciência da informação fornece ferramentas para enfrentar o problema dos vieses algorítmicos, que perpetuam a invisibilidade de comunidades marginalizadas no ambiente digital. Almeida (2019) aponta que os algoritmos, quando mal projetados, reforçam padrões discriminatórios ao priorizar conteúdos que geram maior engajamento, em detrimento da veracidade e da diversidade. Por isso, torna-se essencial “desenvolver sistemas de informação que sejam inclusivos e sensíveis às demandas de grupos historicamente excluídos” (Almeida, 2019, p. 72). Esses sistemas podem contribuir para uma sociedade mais plural e equitativa.

Algoritmos inclusivos são sistemas computacionais projetados com o objetivo de evitar a reprodução de preconceitos e desigualdades históricas, promovendo decisões automatizadas mais justas, transparentes e representativas. Segundo Benjamin (2019) e Noble (2018), esses algoritmos devem ser construídos com dados diversos e sensíveis às realidades de grupos marginalizados, como populações negras e indígenas, garantindo que suas narrativas e demandas não sejam invisibilizadas ou distorcidas. A inclusão

algorítmica envolve práticas como auditoria ética, revisão de vieses, participação comunitária no desenvolvimento tecnológico e priorização de impactos sociais positivos.

A alfabetização informacional também surge como um pilar fundamental no combate à desinformação racista. Conforme destaca Ferreira (2020), capacitar indivíduos para identificar, interpretar e reagir criticamente às informações recebidas é um processo indispensável na luta contra discursos de ódio. “A literacia informacional é uma ferramenta poderosa para empoderar comunidades e promover uma cultura digital mais justa” (Ferreira, 2020, p. 47). Essa abordagem amplia a conscientização social e fortalece a capacidade de resistência às práticas discriminatórias.

Outro aspecto relevante é a preservação de memória social por meio de repositórios digitais inclusivos. Esses sistemas podem servir como plataformas de resistência e valorização das narrativas de grupos marginalizados. Silva (2017) argumenta que “a ciência da informação, ao se dedicar à preservação da memória coletiva, contribui para a formação de identidades mais diversas e conscientes” (p. 103). Essa preservação digital torna-se um ato político e cultural, essencial para combater a desinformação racista.

As políticas públicas também desempenham um papel crucial nesse contexto. Santos (2018) ressalta que regulamentações voltadas para a ética e a responsabilidade no ambiente digital são indispensáveis para limitar a disseminação de conteúdos racistas. A articulação entre ciência da informação e legislações específicas pode criar um cenário mais seguro e inclusivo para usuários das plataformas digitais, promovendo o respeito às diferenças.

Dessa forma, o papel da ciência da informação no enfrentamento à desinformação racista transcende a atuação técnica, sendo um campo que exige engajamento ético e social. A busca por soluções inovadoras e inclusivas reflete o compromisso dessa área com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde vozes marginalizadas tenham espaço e reconhecimento. Conforme Ferreira (2020), o desafio é permanente, mas as ferramentas da ciência da informação oferecem caminhos promissores para superar as barreiras impostas pelo racismo estrutural.

2.1.1 A Ciência da Informação como campo político: entre desinformação, racismo e tecnologias digitais

A Ciência da Informação (CI), tradicionalmente associada à organização e disseminação do conhecimento, precisa ser compreendida como um campo político, especialmente quando atua em contextos marcados por desinformação e opressão racial. Como aponta Bezerra e Costa (2022), os sistemas informacionais não são neutros: eles operam dentro de estruturas de poder que moldam o acesso à informação e a visibilidade de determinados grupos sociais. Nesse sentido, a CI deve assumir uma postura crítica diante das tecnologias que perpetuam desigualdades.

A desinformação racista, amplificada por plataformas digitais, revela como os fluxos informacionais podem ser instrumentalizados para reforçar estereótipos e silenciar narrativas de populações racializadas. Segundo Silva (2022), os algoritmos operam com base em dados enviesados e decisões humanas que refletem preconceitos históricos. A CI, ao lidar com esses sistemas, precisa ir além da técnica e assumir um compromisso político com a justiça informacional.

O enfrentamento da desinformação exige que a CI reconheça sua responsabilidade na mediação entre saberes e poder. Como destaca Costa (2021), a curadoria de conteúdos, a preservação da memória e a construção de repositórios digitais são práticas que envolvem escolhas políticas sobre o que é visível, legítimo e digno de registro. Ignorar essa dimensão é perpetuar a invisibilidade de grupos historicamente excluídos.

Além disso, a CI deve se posicionar frente às dinâmicas de vigilância digital e controle algorítmico. Zuboff (2019) alerta que o capitalismo de vigilância transforma dados em mercadoria, comprometendo a autonomia dos sujeitos e aprofundando desigualdades. A CI, nesse contexto, precisa atuar como agente de resistência, propondo modelos informacionais que respeitem os direitos humanos e promovam a equidade.

A atuação política da CI também passa pela formação crítica de seus profissionais. Como argumenta Silva (2023), é essencial que bibliotecários, arquivistas e cientistas da informação sejam capacitados para identificar práticas discriminatórias nos sistemas informacionais e atuar na construção de ambientes

digitais mais inclusivos. Isso inclui compreender os impactos sociais das tecnologias e desenvolver estratégias de enfrentamento à desinformação.

Dessa forma, a CI deve se articular com movimentos sociais, comunidades e pesquisadores de outras áreas para construir soluções interdisciplinares. A luta contra o racismo informacional não pode ser isolada. Como defendem Bezerra e Almeida (2020), é preciso integrar saberes técnicos, epistemologias críticas e experiências comunitárias para transformar o campo informacional em um espaço de emancipação e justiça social.

3. Desafios Tecnológicos e Algorítmicos

3.1 Os vieses nos algoritmos e sua perpetuação do racismo

Os algoritmos, enquanto componentes centrais das plataformas digitais, desempenham um papel estratégico na forma como conteúdos são organizados, priorizados e disseminados. No entanto, longe de serem neutros, eles frequentemente carregam vieses que perpetuam discriminações históricas e estruturais, incluindo o racismo. Segundo Santos (2020), “os algoritmos são, na essência, reflexos das decisões humanas, sendo influenciados por preconceitos existentes na sociedade e nas bases de dados utilizadas para sua construção” (p. 34). Essa relação entre tecnologia e desigualdade reforça a necessidade de uma análise crítica dos impactos dos sistemas automatizados no ambiente digital.

Os vieses nos algoritmos geralmente têm origem nas bases de dados que alimentam esses sistemas, as quais podem conter preconceitos históricos e culturais. Almeida (2019) destaca que “a qualidade dos dados utilizados na programação algorítmica é determinante para o resultado final, sendo que dados racialmente enviesados levam inevitavelmente a decisões igualmente tendenciosas” (p. 72). Esse cenário é agravado pelo fato de que as populações afro-brasileiras e indígenas estão sub-representadas nessas bases, invisibilizando suas narrativas e promovendo a exclusão digital.

Autores como Ruha Benjamin (2019), com a obra *Race After Technology*, e Safiya Noble (2018), com *Algorithms of Oppression*, destacam como sistemas digitais reproduzem e intensificam desigualdades raciais por meio de decisões algorítmicas enviesadas. Benjamin argumenta que “o racismo não está apenas codificado nos dados, mas nas decisões estruturais que moldam o design

tecnológico” (Benjamin, 2019, p. 27). Já Noble aponta que as plataformas de busca, ao priorizarem certos conteúdos, atuam como mediadoras do acesso à informação, promovendo formas sutis de exclusão racial. Essas análises complementam os estudos brasileiros sobre algoritmos e exclusão informacional, ampliando o olhar para o contexto global de opressão digital.

Além disso, o design e os critérios de priorização dos algoritmos frequentemente favorecem conteúdos sensacionalistas e polarizadores, que atraem maior engajamento, mesmo que sejam baseados em desinformação. Conforme argumenta Silva (2018), “o engajamento é um dos principais fatores na lógica dos algoritmos, o que faz com que conteúdos racistas e preconceituosos tenham maior alcance, ao mesmo tempo em que vozes antirracistas são silenciadas” (p. 110). Essa dinâmica cria um ciclo nocivo onde o racismo estrutural é reproduzido e amplificado.

Os impactos desses vieses não se restringem à esfera digital, afetando diretamente o acesso a oportunidades e direitos. Santos (2020) afirma que “os algoritmos utilizados em processos de seleção, crédito e segurança pública perpetuam desigualdades raciais, promovendo discriminação indireta contra grupos historicamente marginalizados” (p. 56).

Essa realidade torna urgente não apenas o debate sobre ética e responsabilidade, mas também uma análise crítica das estruturas de poder, dominação e controle que operam por meio das tecnologias digitais. Como apontam Zuboff (2019) e Vitagliano (2024), o funcionamento dos algoritmos e das plataformas digitais está profundamente vinculado a interesses econômicos e políticos que moldam o acesso à informação, a visibilidade de determinados grupos e a própria dinâmica democrática. As grandes corporações tecnológicas — conhecidas como *big techs* — exercem influência direta sobre comportamentos, decisões políticas e processos eleitorais, ao mesmo tempo em que acumulam dados pessoais e operam com baixa transparência. Nesse cenário, os sistemas informacionais deixam de ser apenas ferramentas técnicas e passam a atuar como instrumentos de dominação simbólica e econômica, reforçando desigualdades e limitando a autonomia dos sujeitos. A Ciência da Informação, portanto, precisa posicionar-se politicamente diante dessas dinâmicas, assumindo um papel ativo na construção de modelos informacionais mais justos, regulados e comprometidos com os direitos humanos.

Para enfrentar esses desafios, a ciência da informação oferece ferramentas

e estratégias que podem ajudar a desconstruir os vieses algorítmicos. Conforme aponta Ferreira (2019), é possível “implementar práticas de revisão e validação dos sistemas automatizados, garantindo que os dados utilizados sejam representativos e inclusivos” (p. 45). No entanto, o desenvolvimento de algoritmos antirracistas só é possível dentro de um contexto mais amplo de soberania tecnológica. Como aponta Costa (2023), a produção de tecnologias com compromisso social exige que os países e comunidades tenham autonomia sobre infraestrutura, dados e modelos informacionais, rompendo com a dependência de grandes plataformas globais. Sem essa soberania, qualquer tentativa de correção algorítmica está condicionada às lógicas comerciais de empresas que não têm como objetivo a justiça social, mas a maximização do lucro.

A educação digital também desempenha um papel essencial nesse contexto. Segundo Silva (2018), é indispensável capacitar os usuários para compreender o funcionamento dos algoritmos e identificar seus impactos sociais. “A alfabetização midiática e informacional é uma ferramenta poderosa para empoderar comunidades vulneráveis e promover o uso consciente das tecnologias” (p. 98). Esse processo contribui para a criação de um ambiente digital mais justo e plural.

É necessário que as políticas públicas e regulamentações avancem para garantir que os algoritmos não perpetuem desigualdades. Santos (2020) defende que a colaboração entre desenvolvedores, legisladores e pesquisadores é fundamental para criar sistemas informacionais éticos e inclusivos. Essa transformação exige mais do que ajustes técnicos ou boas intenções: demanda uma infraestrutura informacional soberana e democrática. De acordo com Silva (2022), a lógica do capitalismo de plataformas não está interessada em promover igualdade, mas sim em capturar atenção, dados e engajamento — frequentemente à custa das vozes marginalizadas. Para que plataformas digitais se tornem espaços de equidade, é necessário discutir soberania tecnológica como um projeto político, que articule regulação estatal, inclusão digital e desenvolvimento local de sistemas informacionais.

3.2 Análise crítica de plataformas de redes sociais

Segundo Santos (2020), as redes sociais representam, simultaneamente, espaços de democratização da comunicação e instrumentos de perpetuação de

desigualdades estruturais. As desigualdades estruturais são mantidas por sistemas e instituições que favorecem certos grupos enquanto marginalizam outros, perpetuando disparidades no acesso a recursos e oportunidades" (Almeida, 2019). Essa dualidade ocorre porque, embora ofereçam plataformas de visibilidade para vozes marginalizadas, essas ferramentas operam com lógicas que priorizam a monetização e o engajamento. Essa lógica torna-se um problema quando algoritmos amplificam conteúdos sensacionalistas, muitas vezes associados a discursos racistas, em detrimento de informações confiáveis e inclusivas.

Para Silva (2019), "as plataformas digitais são moldadas por dinâmicas comerciais que ignoram as responsabilidades éticas na gestão de conteúdos" (p. 88). Essa abordagem comercial contribui para a disseminação de desinformação e para a exclusão de narrativas de grupos historicamente marginalizados, como as comunidades afro-brasileiras e indígenas. Por isso, é essencial realizar uma análise crítica sobre como essas plataformas promovem ou inibem a diversidade e o respeito às diferenças.

Segundo Almeida (2018), os vieses algorítmicos presentes nas redes sociais não são acidentes, mas reflexos de estruturas sociais e econômicas preexistentes. "Os algoritmos operam com base nos dados que recebem, e, quando esses dados já carregam preconceitos históricos, eles acabam reproduzindo e até ampliando essas desigualdades" (p. 65). Essa crítica evidencia a necessidade de reformular os critérios utilizados pelos algoritmos para que possam favorecer conteúdos que promovam justiça social e equidade.

De acordo com Ferreira (2021), o problema também reside na falta de transparência das grandes corporações digitais. Ferramentas como Facebook e Instagram raramente explicam como seus sistemas priorizam determinados conteúdos, o que dificulta a responsabilização em casos de disseminação de discursos de ódio. "Sem acesso aos critérios de funcionamento, torna-se quase impossível questionar as plataformas sobre seu papel na perpetuação de desinformação racista" (Ferreira, 2021, p. 42). Isso aponta para a necessidade de regulamentações mais rígidas e de uma maior pressão social.

Portanto as plataformas precisam ir além do lucro, assumindo um compromisso com os direitos humanos e a diversidade cultural. Essa mudança exige não apenas uma reavaliação tecnológica, mas também a incorporação de práticas sociais e educacionais que promovam a justiça informacional e

combatam o racismo estrutural.

Uma análise crítica dos aspectos políticos das tecnologias digitais é essencial para compreender quem são os agentes que controlam esses espaços. Plataformas como Meta (Facebook, Instagram) e Google são corporativamente orientadas por interesses econômicos, o que molda suas políticas de priorização de conteúdo e controle de narrativas. De acordo com Zuboff (2019), no livro *The Age of Surveillance Capitalism*, essas corporações utilizam práticas de vigilância e coleta massiva de dados como formas de dominação informacional. Essa lógica de monetização impacta diretamente a representatividade das populações negras e indígenas, que têm suas histórias e vivências excluídas ou distorcidas nos ambientes digitais. É necessário discutir como essa estrutura de poder digital influencia o acesso à informação e perpetua desigualdades, configurando novas formas de opressão.

4. Casos de Sucesso e Boas Práticas

Casos de sucesso no combate à desinformação racista exemplificam como ações coordenadas podem mitigar os efeitos do racismo estrutural nas plataformas digitais e na sociedade. Um exemplo marcante no Brasil é o projeto "Monitor do Debate Político no Meio Digital", liderado pela Universidade de São Paulo (USP). Essa iniciativa mapeia a disseminação de desinformação em redes sociais e, através de análises criteriosas, identifica padrões e redes de propagação de notícias falsas, contribuindo para a conscientização e a formulação de políticas públicas.

Outro exemplo nacional é o "Projeto Comprova", que envolve uma coalizão de veículos de imprensa para verificar informações compartilhadas em massa nas redes. Durante períodos eleitorais, esse projeto ganha ainda mais relevância, desmentindo conteúdos racistas ou discriminatórios que possam influenciar a opinião pública. Essa ação é fundamental para assegurar um debate democrático pautado em fatos, conforme destacado por Santos (2020).

No cenário internacional, a organização britânica *Stop Hate UK* é um modelo inspirador. Suas campanhas digitais utilizam dados e narrativas antirracistas para desconstruir discursos de ódio. Um de seus casos mais relevantes foi a colaboração com o Twitter para implementar regras mais rígidas contra postagens racistas após o abuso online dirigido a jogadores negros da

seleção inglesa durante a Euro 2020. Essa parceria mostrou como empresas de tecnologia podem atuar diretamente no combate ao racismo.

Movimentos sociais também são protagonistas na construção de narrativas positivas. No Brasil, o movimento "Negras Narrativas" destaca histórias de empoderamento e resistência de mulheres negras através de redes sociais e eventos culturais. Essa iniciativa visa não apenas combater estereótipos, mas também criar espaços para que vozes historicamente marginalizadas sejam ouvidas e valorizadas. Segundo Silva (2018), ações como essa promovem um orgulho identitário essencial na luta contra o racismo.

O "AfroReggae" é outro exemplo brasileiro emblemático de como a arte pode ser um instrumento poderoso de transformação social. Por meio da música, do teatro e da dança, o grupo atua em comunidades marginalizadas, engajando jovens em projetos artísticos e culturais que desafiam o preconceito. Essas narrativas positivas alcançam grande impacto, tanto na vida dos participantes quanto na percepção pública sobre as favelas e suas riquezas culturais.

A tecnologia também tem sido uma aliada estratégica em parcerias entre comunidades, academia e empresas privadas. O projeto "Quilombos Digitais", por exemplo, conecta comunidades quilombolas com universidades para criar plataformas que integram saberes tradicionais e digitais. Essa iniciativa não apenas promove a inclusão digital, mas também preserva a memória cultural desses grupos, criando ferramentas que atendem suas demandas específicas, conforme destaca Ferreira (2019).

Internacionalmente, o "*Data for Black Lives*", nos Estados Unidos, é uma organização que utiliza dados para enfrentar desigualdades raciais em diferentes setores. Um de seus maiores sucessos foi influenciar políticas públicas para tornar algoritmos mais inclusivos em áreas como habitação e emprego. Essa abordagem evidencia o potencial das tecnologias de dados quando orientadas para a justiça social, como aponta Almeida (2019).

Parcerias entre o setor privado e movimentos sociais também têm mostrado resultados promissores. Um exemplo brasileiro é a parceria do Instituto Identidades do Brasil (ID_BR) com grandes empresas para promover a inclusão racial no mercado de trabalho através da campanha "Sim à Igualdade

Racial". Essa iniciativa impactou não apenas políticas corporativas, mas também a conscientização pública sobre a importância da diversidade nas organizações.

A educação também tem papel central no combate à desinformação racista. O projeto EducaMídia, liderado pelo Instituto Palavra Aberta, capacita professores e estudantes para analisar criticamente as informações consumidas. Essa abordagem é essencial para fortalecer a alfabetização midiática, promovendo um uso consciente e ético das tecnologias digitais. Segundo Santos (2020), a educação é um dos pilares mais eficazes contra a desinformação.

Esses casos evidenciam que o combate à desinformação racista e a promoção de narrativas positivas dependem de esforços coletivos e diversificados. A colaboração entre movimentos sociais, academia, empresas e governos tem mostrado que é possível transformar o ambiente digital em um espaço de inclusão e respeito. Embora os desafios sejam significativos, os exemplos apresentados são uma prova de que boas práticas e soluções inovadoras podem gerar um impacto profundo e duradouro na luta por justiça social e racial.

5. Propostas e Soluções Práticas

Propostas e soluções práticas têm sido fundamentais para enfrentar os desafios impostos pela desinformação racista e promover um ambiente digital mais inclusivo e ético. A criação de repositórios digitais que representem a diversidade cultural de diferentes comunidades é um passo essencial nesse processo. Segundo Santos (2020), “os repositórios digitais inclusivos preservam narrativas marginalizadas e valorizam saberes ancestrais que frequentemente são apagados pelos sistemas informacionais” (p. 56). Um exemplo prático dessa iniciativa é o projeto "Memórias Pretas", que reúne documentos, imagens e relatos históricos das comunidades afro-brasileiras, garantindo que suas histórias sejam acessíveis e reconhecidas em plataformas digitais.

Além disso, o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para monitorar e combater a disseminação de desinformação tem se mostrado uma solução eficaz. De acordo com Almeida (2019), “sistemas de monitoramento automatizados podem identificar padrões de propagação de notícias falsas e auxiliar na criação de estratégias para limitar seu alcance” (p. 65). No Brasil, iniciativas como o "Monitor de Redes" têm utilizado inteligência artificial para mapear conteúdos racistas e fornecer dados que apoiam ações educativas e

informativas. Essas ferramentas são essenciais para responder rapidamente à desinformação, além de oferecerem suporte às organizações que combatem discursos discriminatórios.

As políticas públicas e a regulamentação das redes sociais também têm um papel indispensável na construção de um ambiente informacional mais justo. Ferreira (2021) defende que “a articulação entre governo e sociedade civil é crucial para estabelecer normas que regulem conteúdos e promovam a inclusão nas plataformas digitais” (p. 47).

Um exemplo relevante é a recente aprovação de leis na União Europeia que exigem maior transparência dos algoritmos e a remoção de conteúdos racistas por grandes empresas de tecnologia. Essa medida tem inspirado debates no Brasil sobre a necessidade de regulamentações que priorizem os direitos humanos. Trata-se do Regulamento dos Serviços Digitais (*Digital Services Act – DSA*), aprovado em outubro de 2022 e em vigor desde fevereiro de 2024. O DSA estabelece obrigações rigorosas para plataformas digitais, como a transparência algorítmica, a moderação de conteúdos ilegais e a proteção contra desinformação e discurso de ódio. Segundo a Comissão Europeia, o regulamento visa “evitar atividades nocivas em linha e garantir um ambiente digital seguro e responsável” (Comissão Europeia – Regulamento dos Serviços Digitais; EUR-Lex – Regulamento (UE) 2022/2065)

A colaboração entre diferentes setores da sociedade é essencial para implementar essas soluções. Segundo Silva (2018), iniciativas que envolvam comunidades, pesquisadores e legisladores podem garantir que as ações sejam mais representativas e efetivas. “Projetos colaborativos ampliam o impacto das soluções propostas, ao mesmo tempo em que fortalecem redes de apoio e conscientização” (Silva, 2018, p. 88). O diálogo entre saberes tradicionais e acadêmicos, aliado ao suporte tecnológico, cria uma base sólida para enfrentar os desafios impostos pela desinformação.

A educação também emerge como um pilar central para viabilizar essas propostas. Santos (2020) argumenta que a alfabetização midiática deve ser integrada às políticas públicas e às iniciativas de monitoramento para capacitar os indivíduos a identificar e desconstruir conteúdos racistas. Programas como o

EducaMídia demonstram como a formação crítica dos usuários pode contribuir para a criação de um ambiente digital mais ético e responsável.

Por fim, Almeida (2019) enfatiza que essas propostas devem ser implementadas de forma contínua e acompanhadas por avaliações periódicas para garantir sua eficácia e adaptabilidade. “A transformação do ambiente digital exige compromisso constante e ações integradas entre diferentes setores da sociedade” (p. 72). As soluções aqui apresentadas mostram que, apesar dos desafios, é possível avançar na luta contra a desinformação racista e construir um espaço mais equitativo e inclusivo.

6. Conclusão

A conclusão deste trabalho reflete a relevância e a urgência do enfrentamento à desinformação racista em suas múltiplas dimensões. Foi abordado como a desinformação, impulsionada por estruturas digitais enviesadas, contribui para a perpetuação de desigualdades históricas e culturais, afetando diretamente comunidades afro-brasileiras, indígenas e outros grupos marginalizados. Exploraram-se iniciativas bem-sucedidas e boas práticas nacionais e internacionais, bem como propostas práticas para mitigar os impactos desse fenômeno, destacando a colaboração entre sociedade civil, academia, movimentos sociais e tecnologia como um ponto-chave para avanços significativos.

Ao longo do trabalho, ficou evidente o papel central da ciência da informação na promoção de práticas inclusivas e na criação de ferramentas eficazes para combater a desinformação. Além de oferecer análises críticas dos sistemas digitais, essa área contribui ativamente para o desenvolvimento de soluções tecnológicas éticas, como algoritmos inclusivos e repositórios digitais representativos. A ciência da informação também desempenha um papel essencial na curadoria de conteúdos e na preservação da memória cultural, ressaltando sua capacidade de construir narrativas mais justas e equitativas.

Refletindo sobre o papel transformador da ciência da informação, observa-se que seu impacto transcende o campo técnico, alcançando aspectos éticos e sociais. Ao criar pontes entre saberes acadêmicos e tradicionais, ela fortalece

iniciativas voltadas para a valorização da diversidade cultural e o combate ao racismo estrutural. A responsabilidade ética dos profissionais dessa área torna-se, assim, uma ferramenta poderosa para fomentar a inclusão digital e a democratização da informação.

As perspectivas futuras para o enfrentamento da desinformação racista apontam para a necessidade de ações mais integradas e contínuas. O avanço das tecnologias, quando alinhado a políticas públicas consistentes e à educação midiática, pode transformar a dinâmica digital em um espaço mais plural e respeitoso. A regulamentação das redes sociais, a criação de ferramentas de monitoramento e o fortalecimento de iniciativas comunitárias são passos fundamentais para garantir que as plataformas digitais se tornem instrumentos de justiça social.

Em síntese, construir um ambiente digital mais inclusivo e justo é um desafio que exige esforços coordenados entre diferentes setores da sociedade. Contudo, os exemplos e propostas discutidos ao longo do trabalho demonstram que há caminhos viáveis e promissoras para enfrentar a desinformação racista. A combinação entre ciência da informação, educação, tecnologia e políticas públicas representa uma força motriz poderosa para promover mudanças estruturais e alcançar uma sociedade mais equitativa e diversa.

Referências

- ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen Livros, 2019.
- BENJAMIN, R. *Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code*. Cambridge: Polity Press, 2019.
- BEZERRA, E.; COSTA, M. **Informação e poder: políticas de acesso e resistência informacional**. São Paulo: Editora Praxis, 2022.
- CAMPOS MELLO, P. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- COSTA, M. **Soberania digital e justiça informacional**. Porto Alegre: Editora Convergência, 2023.
- FERREIRA, J. **Alfabetização midiática e inclusão digital**. Rio de Janeiro: Editora Letras Livres, 2019.
- FERREIRA, J. **Arte e transformação social: o impacto da cultura na promoção da diversidade**. Brasília: Editora Conexão Cultural, 2021.
- MACHADO, J. A desinformação e os desafios para a democracia. **Revista Ciência & Cultura**, São Paulo, SBPC, v. 75, n. 3, jul./set. 2023. Disponível em: <https://revistacienciaecultura.org.br/?artigos=a-desinformacao-e-os-desafios-para-a-democracia>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- NOBLE, S. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. New York: NYU Press, 2018.
- O'NEIL, C. *Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy*. New York: Crown Publishing, 2016.
- PRADO, T. **Plataformas digitais e neocolonialismo informacional**. São Paulo: Editora Antares, 2024.
- SANTOS, A; Campos Mello, P. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. São Paulo: Editora Sociedade Aberta, 2020.
- SANTOS, A. **Curadoria digital e preservação da memória afro-brasileira**. Salvador: Editora Raízes, 2018.
- SILVA, M. **Narrativas positivas: movimentos sociais e empoderamento**. Recife: Editora Novo Horizonte, 2018.
- SILVA, M. **Ética e responsabilidade nas redes sociais**. Belo Horizonte: Editora Digital, 2019.
- SILVA, R. **Ciência da Informação e poder social: epistemologias críticas e práticas transformadoras**. Brasília: Editora Rede Informar, 2023.

UNIÃO EUROPEIA. *Regulamento dos Serviços Digitais (Digital Services Act – DSA)*. Regulamento (UE) 2022/2065. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32022R2065>. Acesso em: 21 jul. 2025.

YEUNG, K. *Algorithmic Regulation: A Critical Interrogation*. **Regulation & Governance**, v. 12, n. 4, p. 505–523, 2018.

ZUBOFF, S. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. New York: PublicAffairs, 2019.